

LEGISLAÇÃO DIÁRIA



Diploma	Data	Emissor	Sumario
<u>Despacho Normativo n.º 15/2021</u>	2021.04.29	Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, Secretaria Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Secretaria Regional do Mar e das Pescas, Secretaria Regional dos Transportes, Turismo e Energia, Secretaria Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego	Fixa os preços máximos de venda ao público do gasóleo colorido e mercado consumido na agricultura, na pesca artesanal e pela frota de pesca costeira de convés fechado e do largo. Revoga o Despacho Normativo n.º 10/2021, de 30 de março.



Diploma	Data	Emissor	Sumário
<u>Regulamento Delegado (UE) 2021/704</u>	2021.04.29	Comissão Europeia	Altera o Regulamento (UE) 2018/196 do Parlamento Europeu e do Conselho que institui direitos aduaneiros adicionais sobre as importações de certos produtos originários dos Estados Unidos da América.
<u>Regulamento de Execução (UE) 2021/705</u>	2021.04.29	Comissão Europeia	Altera o Regulamento (CE) n.º 333/2007 no que se refere ao número exigido de amostras elementares e aos critérios de desempenho para certos métodos de análise.
<u>Comunicação</u>	2021.04.29	Comissão Europeia	Comunicação da Comissão: "Orientações relativas aos auxílios estatais com finalidade regional."

OUTROS ASSUNTOS



Região Autónoma dos Açores

Notícias do PRORURAL+

- ❖ Encontra-se aberto o período de apresentação de projetos de investimento à Medida 19 – Apoio ao desenvolvimento local de base comunitária (DBLC) LEADER, Submedida 19.2 – Apoio à realização de operações no âmbito da estratégia de desenvolvimento local (EDL) da ASDEPR – Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural, intervenção 7.2 – Investimento em Infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia, do Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma dos Açores 2014-2020, abreviadamente designado por PRORURAL+: [Aviso n.º 13/2021](#).



União Europeia



Outras Notícias da Comissão Europeia

- ❖ **Bioteχνologias: Comissão procura um debate aberto sobre novas técnicas genómicas enquanto estudo mostra potencial para agricultura sustentável e necessidade de novas políticas**

A Comissão Europeia publicou hoje, a pedido do Conselho, um estudo sobre Novas Técnicas Genómicas (NTGs). O estudo mostra que os NTGs, que são técnicas para alterar o genoma de um organismo, têm o potencial de contribuir para um sistema alimentar mais sustentável como parte dos objetivos do Acordo Verde Europeu e da Estratégia “Do prado ao prato”.

Ao mesmo tempo, o estudo conclui que a legislação atual sobre OGM, adotada em 2001, não é adequada para estas tecnologias inovadoras. A Comissão vai agora dar início a um amplo e aberto processo de consulta para discutir a conceção de um novo quadro jurídico para estas biotecnologias.

A Comissária para a Saúde e Segurança Alimentar, Stella Kyriakides, afirmou: “O estudo que publicamos hoje conclui que as Novas Técnicas Genómicas podem promover a sustentabilidade da produção agrícola, em linha com os objetivos da nossa Estratégia “Do prado ao prato”. Com a segurança dos consumidores e do ambiente como princípio orientador, é agora o momento de estabelecer um diálogo aberto com os cidadãos, os Estados-Membros e o Parlamento Europeu para decidir em conjunto o caminho a seguir para a utilização destas biotecnologias na UE.”

NTGs se desenvolvendo rapidamente em muitas partes do mundo

Os NTGs, que podem ser definidos como todas as técnicas para alterar o genoma de um organismo desenvolvido após 2001 (quando a legislação da UE sobre OGM foi adotada), desenvolveram-se rapidamente nas últimas duas décadas em muitas partes do mundo, com algumas aplicações já em mercado de alguns parceiros comerciais da UE.

As principais conclusões do estudo são:

- Os produtos NTG têm o potencial de contribuir para sistemas alimentares sustentáveis com plantas mais resistentes a doenças, condições ambientais e efeitos das alterações climáticas. Além disso, os produtos podem beneficiar de qualidades nutricionais mais elevadas, como teor de ácidos graxos mais saudáveis e necessidade reduzida de insu-mos agrícolas, como pesticidas;



Outras Notícias da Comissão Europeia

- Ao contribuir para os objetivos da UE de inovação e sustentabilidade dos sistemas alimentares, bem como para uma economia mais competitiva, as NTGs podem trazer benefícios para muitos setores das nossas sociedades;
- Ao mesmo tempo, o estudo também analisou as preocupações associadas aos produtos NGT e as suas aplicações atuais e futuras. As preocupações incluíam o possível impacto ambiental e de segurança, por exemplo, sobre a biodiversidade, a coexistência com a agricultura biológica e livre de OGM, bem como a rotulagem;
- Os NTGs são um conjunto muito diversificado de técnicas e podem alcançar resultados diferentes, com alguns produtos vegetais produzidos por NTGs sendo tão seguros quanto as plantas criadas convencionalmente para a saúde humana e animal e para o meio ambiente;
- O estudo conclui que há fortes indícios de que a atual legislação de OGM de 2001 não é adequada para o propósito de alguns NTGs e os seus produtos, e que precisa ser adaptada ao progresso científico e tecnológico.

✓ Próximos passos

O estudo será discutido com os ministros da UE no Conselho da Agricultura e Pescas em maio. A Comissão irá também discutir as suas conclusões com o Parlamento Europeu e todas as partes interessadas.

Nos próximos meses, uma avaliação de impacto, incluindo uma consulta pública, será realizada para explorar opções de políticas relativas à regulamentação de plantas derivadas de certos NTGs.

✓ Contexto

O estudo foi elaborado na sequência de um pedido do Conselho da União Europeia que, a 8 de novembro de 2019, solicitou à Comissão que realizasse "um estudo à luz do acórdão do Tribunal de Justiça no processo C-528/16 sobre o estatuto de novas técnicas genómicas ao abrigo do direito da União."

O estudo foi realizado pela Comissão e informado por pareceres de peritos e contribuições das autoridades competentes dos Estados-Membros e partes interessadas a nível da UE através de consultas específicas.

Uma vasta gama de participantes esteve envolvida na consulta, que precedeu a preparação do relatório. Todas as contribuições são publicadas.

Estudo sobre Novas Técnicas Genómicas - [gmo_mod-bio_ngt_eu-study.pdf \(europa.eu\)](#)

Mais informações - [EC study on new genomic techniques | Food Safety \(europa.eu\)](#)

Fonte - [Biotechnologies \(europa.eu\)](#)

❖ UE e República da Coreia realizam reunião comercial de alto nível

Esta tarde, o Vice-Presidente Executivo e Comissário de Comércio, Valdis Dombrovskis, encontrar-se-á com o Ministro do Comércio da República da Coreia, Yoo Myung-hee, para uma reunião de alto nível para fazer um balanço do progresso feito desde que um acordo comercial histórico foi assinado há uma década. O Acordo Comercial UE-República da Coreia continua a ser a base das nossas relações económicas bilaterais e uma base sólida para ajudar as nossas economias a recuperarem e a crescerem da pandemia COVID-19. Este acordo não apenas impulsiona o comércio, mas também promove valores sociais e ambientais. Na 9ª reunião de hoje do Comité de Comércio, as duas partes chegarão a acordo sobre os próximos passos relativamente ao cumprimento pela República da Coreia das recomendações do painel de peritos sobre o litígio laboral iniciado pela UE no âmbito do Capítulo de Comércio e Desenvolvimento Sustentável. Além disso, as duas partes confirmarão a extensão da lista de Indicações Geográficas (IG), com produtos como o Irish Cream, o azeite Kalamata e o Pecorino Toscano a serem protegidos pelo acordo. Por fim, serão adotadas várias emendas ao anexo automotivo do acordo. Essas alterações refletem os desenvolvimentos tecnológicos e regulatórios do setor automotivo e são mais um exemplo do trabalho construtivo contínuo entre as duas partes.

Mais informações sobre Acordo UE – República da Coreia - [South Korea - Trade - European Commission \(europa.eu\)](#)



Outras Notícias da Comissão Europeia

Fonte - [Daily News 29 / 04 / 2021 \(europa.eu\)](https://europa.eu)



Notícias do Parlamento Europeu

❖ Os eurodeputados apelam a um quadro jurídico comum da UE para a proteção do solo

- Melhor proteção do solo necessária para atingir metas verdes;
- Medidas necessárias para prevenir a impermeabilização do solo;
- Aumentar a pesquisa, a inovação e o financiamento específicos do solo;

✓ O Parlamento exorta a Comissão a conceber um quadro jurídico comum à escala da UE para a proteção e utilização sustentável do solo, abordando as ameaças ao solo e promovendo medidas de recuperação.

A resolução da Comissão do Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar (ENVI) foi aprovada na quarta-feira com 605 votos a favor, 55 contra e 41 abstenções. A resolução representa as recomendações do Parlamento antes da adoção pela Comissão, ainda este ano, do Plano de Ação de Poluição Zero para a água, o ar e o solo e da nova Estratégia da UE para o Solo.

Segunda-feira à noite, os eurodeputados também realizaram um debate durante o qual interrogaram a secretária de Estado portuguesa para os Assuntos da UE, Ana Paula Zacarias, e o comissário do Ambiente, Virginijus Sinkevičius, sobre as opiniões e planos das duas instituições para uma abordagem comum da UE sobre a proteção do solo. Durante o debate em sessão plenária, foram também apresentadas duas perguntas orais específicas ao Conselho e à Comissão.

Os eurodeputados sublinharam que a proteção eficaz do solo é crucial para enfrentar a degradação e a erosão do solo, ao mesmo tempo que preserva, protege e melhora a qualidade do ambiente, da saúde humana e dos recursos naturais. Em particular, uma melhor proteção dos solos é essencial para alcançar os objetivos do Acordo Verde Europeu, como a neutralidade do clima, a restauração da biodiversidade, a ambição de poluição zero para um ambiente livre de tóxicos, sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis e um ambiente resiliente.

A resolução insta a Comissão a incluir medidas de prevenção e minimização da impermeabilização do solo, com o objetivo de alcançar os objetivos de “nenhuma degradação do solo” até 2030 e “nenhuma ocupação líquida” até 2050, o mais tardar. Os eurodeputados também insistem que o papel multifuncional do solo deve ser abordado de forma adequada na investigação e que os programas de financiamento existentes devem ser ajustados de forma a refletir esta abordagem.

✓ Contexto

Ao contrário da água e do ar, não existe atualmente um quadro jurídico da UE coerente e integrado para a proteção do solo europeu, com as medidas de proteção do solo fragmentadas entre muitos instrumentos políticos que carecem de coordenação e que muitas vezes não são vinculativos. Uma proposta anterior de introdução de um quadro jurídico para a proteção do solo na UE não teve êxito e foi retirada em maio de 2014 pela Comissão, após anos de bloqueio no Conselho.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA AGRICULTURA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Newsletter SRADR

2021-04-29



Notícias do Parlamento Europeu

Fonte - [MEPs call for EU common legal framework for the protection of soil | News | European Parliament \(europa.eu\)](#)